



ARIADNE JAMBERG BONAMICHI

**A LICENCIATURA EM MATEMÁTICA: um olhar sobre os discentes do
IFSULDEMINAS – Câmpus Inconfidentes a partir da formação histórica das
licenciaturas**

INCONFIDENTES/MG

2014

ARIADNE JAMBERG BONAMICHI

**A LICENCIATURA EM MATEMÁTICA: um olhar sobre os discentes do
IFSULDEMINAS - Câmpus Inconfidentes a partir da formação histórica
das licenciaturas**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como pré-requisito de conclusão do curso de Graduação em Licenciatura em Matemática no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais – Câmpus Inconfidentes, para obtenção do título de Licenciado em Matemática, orientado pela professora M^a. Melissa Salaro Bresci.

INCONFIDENTES/MG

2014

ARIADNE JAMBERG BONAMICHI

**A LICENCIATURA EM MATEMÁTICA: um olhar sobre os discentes do
IFSULDEMINAS – Câmpus Inconfidentes a partir da formação histórica
das licenciaturas**

Data de aprovação: 04 de Novembro de 2014

Orientadora: Professora M^a. Melissa Salaro Bresci

**(Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais Câmpus
Inconfidentes)**

Professora Dr^a. Lidiane Teixeira Xavier Alves

**(Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais Câmpus
Inconfidentes)**

Professora Dr^a. Sindynara Ferreira

**(Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais Câmpus
Inconfidentes)**

"Dedico este trabalho primeiramente ao meu esposo Marcos, que com muito amor e paciência me incentivou e esteve ao meu lado sempre; à minha família que sempre me apoiou e ajudou em todos os momentos da minha vida; minha orientadora que com dedicação me ajudou e esteve presente durante todo o tempo; aos professores, que durante esses anos me fizeram crescer e entender que este é apenas o primeiro passo para a carreira docente; e por fim aos meus colegas que me acompanharam por todo os semestres e me ajudaram sempre. Agradeço a todos por tudo!"

Ariadne Jamberg Bonamichi

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus que me capacitou para chegar até aqui e não desanimar em meio das dificuldades.

Aos meus pais e familiares, que me incentivaram e apoiaram todo o tempo.

Aos professores, que com muita paciência e dedicação me ajudaram neste processo de aprendizado durante todo o curso.

Ao meu amigo Rafael Gomes Tenório, pelo apoio, paciência e compreensão em todos os momentos.

A todos os funcionários do IFSULDEMINAS – Câmpus Inconfidentes, que direta ou indiretamente contribuíram durante todo o tempo dos meus estudos.

A minha orientadora professora M^a Melissa Salaro Bresci, pessoa pela qual tenho grande admiração, que se fez presente, me direcionou e incentivou durante todo o trabalho.

Aos meus colegas e amigos que também estiveram juntos nesta caminhada.

Ao meu amado esposo Marcos, que esteve ao meu lado em todos os momentos, não me deixando desanimar e sempre me incentivando.

Por fim, agradeço a todos que fizeram parte dessa importante conquista da minha vida.

Obrigada!

Resumo

O presente trabalho, objetivou, traçar o perfil dos alunos que ingressaram no curso de Licenciatura em Matemática do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais – Câmpus Inconfidentes nos anos de 2010, 2011, 2012 e 2013. Para tal, foi realizada uma revisão bibliográfica sobre a formação de professores no Brasil que começou a ter mais atenção a partir do final do século XIX. Fazendo também uma breve dissertação sobre a criação dos Institutos Federais e a sua obrigatoriedade em oferecer 20% de suas vagas para cursos de formação de professores. E contando um pouco da transformação do Patronato Agrícola, passando para Escola Agrotécnica Federal até chegar a Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul de Minas Gerais – Câmpus Inconfidentes. Por último, a pesquisa, com a aplicação de um questionário com os alunos de todas as turmas que frequentavam o curso de Licenciatura em Matemática no ano de 2013, que responderam 33 questões de múltipla escolha e também algumas questões abertas. A partir desse questionário foi possível chegar a algumas conclusões sobre o perfil destes alunos como: grande parte é do sexo feminino; a maioria dos alunos exercem atividades remuneradas durante a semana o que acaba por atrapalhar o desempenho deste aluno nas atividades acadêmicas e talvez seja esse também um dos motivos que acabam levando o aluno a desistir do curso.

Palavras-chave: Formação de Professores, Perfil do Aluno, Questionário.

Abstract

This work aims, profiling the student who enters the Bachelor's Degree in Mathematics from the Federal Institute of Education, Science and Technology of the South of Minas Gerais - Campus Inconfidentes in the years 2010, 2011, 2012 and 2013. To this end, a literature review on teacher education in Brazil that began to have more attention from the late nineteenth century was held. Also making a brief dissertation on the creation of the Federal Institutes and their obligation to offer 20% of their places for teacher training courses. And telling a bit of the transformation of Agricultural Employers, moving to Federal Agrotechnical School until you reach Federal Institute of Science and Technology, Education South of Minas Gerais - Campus Inconfidentes. Finally, the survey, with a questionnaire to students of all classes who attended the course in Mathematics in 2013, who answered 33 multiple-choice questions and also some open questions. From that questionnaire was possible to draw some conclusions about the profile of these students as much is female; most students perform paid activities during the week which ultimately hinder the performance of this student's academic activities and perhaps this is also one of the reasons which lead the student to drop the course.

Keywords: Teacher Training, Student Profile, Questionnaire.

Sumário

1. INTRODUÇÃO.....	8
2. BREVE HISTÓRICO DA FORMAÇÃO DE PROFESSORES NO BRASIL.....	10
3. A CRIAÇÃO DOS INSTITUTOS FEDERAIS E AS LICENCIATURAS.....	16
3.1. AS LICENCIATURAS NOS INSTITUTOS FEDERAIS DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA.....	18
3.2. O IFSULDEMINAS – CÂMPUS INCONFIDENTES: BREVE HISTÓRICO.....	21
4. OS DISCENTES DO CURSO DE LICENCIATURA EM MATEMÁTICA – CÂMPUS INCONFIDENTES: BUSCANDO SEU PERFIL.....	24
4.1. COLETA DE DADOS.....	26
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	40
6. REFERÊNCIAS.....	42
7. ANEXOS.....	44

1. INTRODUÇÃO

Durante um trabalho acadêmico sobre as escolhas e desejos dos alunos de um curso de Licenciatura em Matemática, realizado na disciplina de HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO no 4º período do curso de Licenciatura em Matemática do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IFSULDEMINAS) – Câmpus Inconfidentes, surgiu a ideia de estudar os alunos que ingressaram no referido curso a fim de traçar o perfil dos mesmos na busca por compreender quais os anseios e motivos que os levaram a escolherem o curso.

Foi feita uma pesquisa bibliográfica, bem como de levantamento de dados obtidos por questionário aplicado junto aos alunos que frequentavam o curso nos anos de 2013 e 2014. Com base nas leituras sobre História da Educação, em especial a história das licenciaturas no Brasil, desenhou-se o formato deste trabalho.

Assim, o presente trabalho, foi dividido em três partes, na primeira, foi abordada a história da formação de professores no Brasil, que se deu no final do século XIX, no qual começou a se observar certo interesse em capacitar os profissionais da área docente. Com o passar dos anos, muitas manifestações a favor da melhoria da educação aconteceram e leis foram promulgadas para assegurar a formação de profissionais nessa área.

Na segunda parte, foi feito um apanhado sobre a criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, criados em 2008 pela Lei 11.892 (Brasil, 2008). Procurou-se

investigar o porquê da criação desses Institutos e o porquê da obrigação de 20% de suas vagas serem para cursos de Licenciatura. Também, neste mesmo capítulo, fez-se um apanhado sobre as fases de transição no nome e modelo do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul de Minas Gerais – Câmpus Inconfidentes.

Por fim, o último capítulo deste trabalho, abordou a pesquisa feita com os alunos do Câmpus Inconfidentes. Para isso, foi aplicado um questionário com os alunos regularmente matriculados e frequentes dos 7º, 6º, 4º e 2º períodos. Após a aplicação do questionário procurou-se investigar características específicas dos alunos do curso de Licenciatura em Matemática para se traçar um perfil desses futuros professores. O questionário continha questões fechadas, em sua maioria, e algumas questões abertas para melhor compreender as características particulares dos alunos.

A pesquisa teve início no segundo semestre de 2013, foram respondidos 61 questionários, dos quais, 59 com todas as questões feitas.

2. BREVE HISTÓRICO DA FORMAÇÃO DE PROFESSORES NO BRASIL

... nenhuma formação pode ser analisada senão na complexa trama social da qual faz parte. Ao assumirmos a referida prática como objeto de análise, observando que não estamos nos referindo à “prática” de sujeitos isolados, mas à prática do conjunto dos homens num dado momento histórico, deparamos com uma tensão crucial: a contradição entre o *dever ser* da referida formação e as possibilidades concretas para sua efetivação. Portanto, a materialização do referido *dever ser* não pode prescindir da luta pela superação das condições que lhe impõem obstáculos. (Martins; Duarte, 2010, p. 14)

A educação no Brasil tem sido alvo de constantes críticas. A preocupação em formar professores qualificados cresce cada dia mais. Ao analisarmos o passado da formação de professores no Brasil, percebemos que o país passou por várias mudanças no que diz respeito aos conteúdos, objetivos e métodos de ensino.

Sabe-se que os cursos de formação de professores no Brasil são recentes, como disse Saviani:

Durante todo o período colonial, desde os colégios jesuítas, passando pelas aulas régias implantadas pelas reformas pombalinas até os cursos superiores criados a partir da vinda de D. João VI em 1808, não se manifesta preocupação explícita com a questão da formação de professores. (2009, p. 144)

Apenas no final do século XIX, a partir da Lei de criação das Escolas Normais promulgada em 15 de outubro de 1827, é que surgem os primeiros cursos de formação para

professores das “primeiras letras”. A primeira delas foi fundada na cidade de Niterói em 1835. Sua estrutura era precária, tinha apenas um professor e poucos alunos e acabou sendo fechada em 1849 por falta de alunos, retornando às atividades mais tarde e acarretando no surgimento de outras escolas normais nas demais províncias. Os cursos formavam professores para as séries iniciais. Essa Lei estipulou uma remuneração para os professores com valores mínimos e máximos. Porém, o valor máximo nunca era atingido e acabava afastando estes profissionais do cargo, pois a remuneração naquela época já era muito baixa. Isso acarretava na contratação de outros profissionais que tinham conhecimento na área de educação, mas que não eram formados. É notável a semelhança com os dias atuais, a profissão docente ainda é muito desvalorizada. Os baixos salários e condições de trabalho acabam tornando a carreira de professor pouco atrativa. Isso acaba fazendo com que os alunos busquem a licenciatura “como uma espécie de seguro-desemprego, ou seja, como uma alternativa no caso de não haver possibilidade de exercício de outra atividade” (Gatti, 2010, p. 1361) e não por gostar da profissão de professor.

Somente nos anos de 1930 com a criação das Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras é que são criados os cursos de formação específicos para a Licenciatura. Em 1935, no Rio de Janeiro (na época capital Federal), com a ajuda do pedagogo Anísio Teixeira (então Secretário da Educação), foi instalada a Universidade do Distrito Federal, na qual situava-se o Instituto de Educação. “Com a reforma instituída pelo decreto n. 3.810, de 19 de março de 1932, Anísio Teixeira se propôs a erradicar aquilo que ele considerava o “vício de constituição” das Escolas Normais” (Saviani, 2009, p. 145). Porém em 1939 essa universidade foi extinta ao se incorporar à Universidade do Brasil. “Devemos lembrar que nesse período, e ainda por décadas, a oferta de escolarização era bem escassa no país, destinada a bem poucos” (Gatti, 2009, p. 37).

No final da década de 1930 o país contava com poucas Universidades que formavam bacharéis em um período de três anos acrescentando assim mais um ano aos cursos com disciplinas das áreas pedagógicas, criando o esquema “3+1” que formava docentes para o “ensino” secundário, esse esquema era adotado para os cursos de Licenciatura e Pedagogia. Segundo Gatti:

Esse modelo veio se aplicar também ao curso de Pedagogia, regulamentado em 1939, destinado a formar bacharéis especialistas em educação e, complementarmente, professores para as Escolas Normais em nível médio. Os formados neste curso também teriam, por extensão e portaria ministerial, a possibilidade de lecionar algumas disciplinas no ensino secundário. (2010, p.1356)

Já Saviani, enfatizou:

Cabe observar que, ao ser generalizado, o modelo de formação de professores em nível superior perdeu sua referência de origem, cujo suporte eram as escolas experimentais às quais competia fornecer uma base de pesquisa que pretendia dar caráter científico aos processos formativos. (2009, p. 146)

Com a aprovação do decreto-lei nº 8.530, em janeiro de 1946, conhecido como Lei Orgânica do Ensino Normal, o curso passou a ser dividido em dois ciclos: no primeiro que era ofertado em Escolas Normais com duração de quatro anos, correspondia ao ginásio do curso secundário e tinha como objetivo formar regentes para o ensino primário. Já no segundo ciclo que correspondia ao colegial do curso secundário e tinha duração de três anos com o intuito de formar professores para o primário, era ofertado nas Escolas Normais e nos institutos de educação.

A partir de 1964 a educação passou por transformações devido ao golpe militar que fez mudanças na legislação de ensino. Com a aprovação da lei nº 5.692/71, os que antes eram denominados ensino primário e médio, passam a ser classificados como primeiro e segundo graus. Assim também acabam sendo extintas as Escolas Normais dando lugar ao ensino do magistério de 1º grau. Este, por sua vez, após aprovação do parecer n. 349/72 em 6 de abril de 1972, passa a ser organizado em duas modalidades básicas. Na primeira, a duração era de três anos e o aluno estaria habilitado a lecionar até a 4ª série. Na segunda, a duração era de quatro anos e habilitava o aluno ao magistério até a 6ª série. “A formação de professores para o antigo ensino primário foi, pois, reduzida a uma habilitação dispersa em meio a tantas outras, configurando um quadro de precariedade bastante preocupante” (Saviani, 2009, p. 147). As transformações pela qual a educação passou nessa época não foram suficientes para que a formação docente progredisse. Isso fez com que o governo em 1982, criasse o projeto chamado Centros de Formação e Aperfeiçoamento do Magistério (CEFAMs), com o intuito de reformular a educação no Magistério.

Mas esse projeto, apesar dos resultados positivos, foi descontinuado quando seu alcance quantitativo era ainda restrito, não tendo havido também qualquer política para o aproveitamento dos professores formados pelos centros nas redes escolares públicas. (Saviani, 2009, p. 149)

Para lecionar nas últimas quatro séries do 1º grau e no 2º grau, foram criados cursos de licenciatura curta¹, com duração de três anos e licenciatura plena², com duração de quatro anos, a partir da lei n. 5.692/71 que tinha como objetivo formar professores em nível superior. Já para o curso de Pedagogia, além de formar o aluno para o magistério ficou determinado a formação de especialistas em Educação tais como, supervisores, diretores, inspetores entre outros.

Junto com essas transformações surge, a partir de 1980, movimentos a favor da reformulação dos cursos de Licenciatura e Pedagogia, priorizando a docência como base de formação para todos os profissionais desta área. Com isso, grande parte das instituições passa a atribuir aos cursos de Pedagogia a formação de professores para a educação infantil e para as séries iniciais do ensino de 1º grau.

Em 1981, o Ministério da Educação realizou seminários através da Secretaria de Ensino Superior, e na ocasião, o Comitê Pró-Formação convocou todas as Universidades a participarem desse evento, “reunindo os educadores, cujo objetivo maior era articular as atividades de professores e alunos tendo em vista a reformulação dos cursos de formação docente no Brasil” (Guedes; Ferreira 2002, p.3). No entanto, esses seminários não atingiram seus propósitos e acabaram se transformando em reuniões preparatórias com vista à realização de um Encontro Nacional, o que gerou um documento final que contou com a participação de professores do curso de pedagogia na elaboração do mesmo.

Em 1986 o curso de Pedagogia de acordo com o Parecer nº 161 é reformulado para oferecer formação docente de primeira à quarta série do ensino fundamental. Entretanto, foram as instituições privadas que ofereceram o curso, pois as públicas continuaram a formar bacharéis. Complementou Gatti que:

Foram, sobretudo, as instituições privadas que se adaptaram para oferecer este tipo de formação ao final dos anos de 1980. A grande maioria dos cursos de Pedagogia das instituições públicas manteve sua vocação de formar bacharéis, nos moldes da origem desses cursos. (2010, p. 1357)

Esta situação só será alterada no plano político legislativo em dezembro de 1996 quando é publicada a LDB nº 9.394/96 que propõe modificações tanto nas instituições quanto

1 De acordo com a Lei Nº 5.692/71 (artigo 30). Formava docentes para lecionarem no ensino fundamental de 1ª a 4ª séries e 5ª a 8ª séries. Estes cursos tinham duração de três anos.

2 A Resolução CP Nº 1 de 30 de Setembro de 1999 (artigo 7º, parágrafo 3), estipulou a formação dos profissionais da Licenciatura para ministrarem aulas nos anos finais do ensino fundamental e médio. Estes cursos, diferentes dos de licenciaturas curtas, tinham duração de quatro anos.

nos cursos de formação de professores, que passa a ser de nível superior sendo esta a formação mínima para se exercer o magistério como citado abaixo:

A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nos 5 (cinco) primeiros anos do ensino fundamental, a oferecida em nível médio na modalidade normal. (BRASIL, 1996).

Nesse entremeio nascem os Institutos de Educação³ que surgem como instituições de nível superior oferecendo uma formação mais rápida e mais barata, por meio de cursos de curta duração. Porém os cursos oferecidos não eram de boa qualidade, fazendo assim com que o nível de formação fosse inferior.

A partir de 2002 o Conselho Nacional de Educação aprova as Diretrizes Curriculares para os cursos de Licenciatura. Mesmo com a aprovação do Documento, o que ocorre ainda é uma formação voltada para a área das disciplinas específicas de cada curso dando pouca importância para as áreas pedagógicas como citou Gatti:

Adentramos o século XXI em uma condição de formação de professores nas áreas disciplinares em que, mesmo com as orientações mais integradoras quanto à relação “formação disciplinar/formação para a docência”, na prática ainda se verifica a prevalência do modelo consagrado no início do século XX para essas licenciaturas. (2010, p.1357)

Somente no ano de 2006 que o Conselho Nacional de Educação após muitas discussões, aprova a Resolução nº 1 de 15/05/2006 que faz com que os cursos de Pedagogia se tornem Licenciatura e que formem professores para as séries iniciais do ensino fundamental e primário, como também para o ensino médio (magistério) e alfabetização de jovens e adultos. Porém, este avanço trouxe, além de melhorias, inúmeros questionamentos. De acordo com Gatti:

Essa licenciatura passa a ter amplas atribuições, embora tenha como eixo a formação de docentes para os anos iniciais da escolarização. A complexidade curricular

3 Explica Pereira (1999, p. 120): A lei nº 9.394/96, conforme estabelecido no art. 62, autoriza apenas duas instituições para promover a formação dos profissionais da educação básica no Brasil: as universidades e os Institutos Superiores de Educação. A novidade são esses institutos, recém-criados no cenário educacional brasileiro e inspirados em modelos de formação docente de outros países. A essa nova instituição foi destinado todo um artigo da LDB, o art. 63, com três incisos, no qual se estabelece que programas de formação inicial e continuada de profissionais para a educação básica, em todos os níveis, também devem ser mantidos por ela. Além disso, dois pareceres – CP no 53/99 e CP no 115/99 – foram aprovados pelo Conselho Nacional da Educação (CNE), e sugerem diretrizes gerais para os Institutos Superiores de Educação (ISE).

exigida para esse curso é grande, notando-se também, pelas orientações da Resolução citada, a dispersão disciplinar que se impõe em função do tempo de duração do curso e sua carga horária, dado que ele deverá propiciar: “a aplicação ao campo da educação, de contribuições, entre outras, de conhecimentos como o filosófico, o histórico, o antropológico, o ambiental ecológico, o psicológico, o linguístico, o sociológico, o político, o econômico, o cultural”. (2010, p.1357 – 1358)

Ao longo de todo este processo transformador, a formação de professores no Brasil, mesmo passando por várias modificações, não conseguiu ainda se estruturar totalmente para formar professores preparados para atender os problemas enfrentados pela educação no país. Além disso, a carreira docente no ensino público não é muito atrativa, visto que os salários são baixos e a jornada de trabalho cansativa. Esses e outros problemas fazem com que a procura pelos cursos de formação de professor diminua cada vez mais. “Nessas condições é que hoje as estruturas formativas de professores, seus conteúdos, as didáticas, estão colocados como um enorme problema político e social” (Gatti, 2009, p. 94, 95).

Em meio a estas transformações, em 2008, pela lei 11.892 foram criados os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia baseados na formação técnica e tecnológica. No entanto, também foram criados na tentativa de se promover a formação de professores em nível superior a fim de tentar solucionar os problemas da escassez de professores. “Este papel atribuído aos institutos é reflexo de amplas discussões desencadeadas ao longo da última década, como parte integrante das políticas propostas para a Educação Profissional” (Flach, 2012, p.5).

A fim de compreender o motivo no qual os Institutos Federais estão relacionados com a formação de professores, será feito no próximo capítulo um apanhado histórico sobre os Institutos e a oferta dos cursos de Licenciatura nestas instituições.

3. A CRIAÇÃO DOS INSTITUTOS FEDERAIS E AS LICENCIATURAS

Em 1909 foram criadas as Escolas de Aprendizes Artífices como foco central da formação profissional no país. Já em 1937 elas surgem como Liceus Profissionais e pouco tempo depois em 1942 passam a Escolas Industriais e Técnicas. Passando por várias transformações no âmbito educacional, em 1959 a rede passa a Escolas Técnicas Federais, que acabaram se firmando como referência de ensino naquele período. Durante esse tempo vão surgindo as chamadas Escolas Agrotécnicas Federais (escola fazenda), estas vinculadas ao Ministério da Agricultura. No ano de 1978 as Escolas Federais de Minas Gerais, Paraná e Rio de Janeiro se transformam em Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefets).

Muitos anos depois, próximo ao centenário da rede, em 29 de dezembro de 2008 é instituída a Lei nº 11.892 publicada no Diário Oficial da União que as define como Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, com vínculo no Ministério da Educação (MEC).

O Governo Federal, junto ao Ministério da Educação, criou um modelo institucional absolutamente inovador em termos de proposta político-pedagógica: os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (Pacheco, 2011, p.13). São baseados na educação profissional e tecnológica e contam com 38 institutos com mais de 400 Câmpus em todo o território nacional e também com algumas unidades avançadas.

Os Institutos Federais são instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de

conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas, nos termos desta Lei (BRASIL 2008).

O foco dos Institutos Federais é a promoção da justiça social, da equidade, do desenvolvimento sustentável com vistas à inclusão social, bem como a busca de soluções técnicas e geração de novas tecnologias (Silva, 2009, p.8).

Os Institutos Federais têm por objetivo, de acordo com o Art. 6º da Lei Nº 11.892:

- oferecer cursos de nível técnico e integrados ao médio, prioritariamente, e também para a educação de jovens e adultos;
- ministrar cursos nas áreas de educação profissional e tecnológica para a formação inicial e continuada de trabalhadores a fim de capacitá-los para o mercado de trabalho;
- promover pesquisas com o intuito de desenvolver soluções técnicas e tecnológicas;
- elaborar atividades de extensão se adequando ao mundo do trabalho, dando ênfase no desenvolvimento, produção e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos;
- estimular o desenvolvimento socioeconômico da região na qual está inserido a partir de processos educativos que gerem trabalho e renda ao cidadão;
- oferecer educação de nível superior, tais como: tecnologia, licenciatura, bacharelado e engenharia, e cursos de pós-graduação *lato senso e stricto sensu*.

O Art. 8º, além de fixar 50% de suas vagas para os cursos de nível médio e técnico, também prioriza 20% das vagas para os cursos de licenciatura. Segundo Sousa e Beraldo (2009, apud Lima; Silva, 2011, p.4)

Essas normatizações sobre formação de professores nos IFs representam iniciativas para a solução do problema da escassez de professores, e reconhecem que o desafio imposto a essa nova institucionalidade pode gerar uma crise de identidade de tais instituições, uma vez que elas devem formular projetos educativos para atender alunos de diversas faixas etárias e níveis de ensino. Lembram que o histórico das instituições que compõem a RFEPT⁴ está diretamente relacionado à formação de profissionais para áreas técnicas. As experiências na formação de professores são recentes e restritas a algumas instituições. Afirmam ainda que esse quadro tenha implicações no trabalho docente e pode comprometer a qualidade do ensino.

Levando em conta essas considerações, surgiu o interesse em identificar quais concepções e normatizações fizeram com que fossem reservadas estas vagas para os cursos de licenciatura nos Institutos Federais, visto que, estas instituições, são de formação educacional profissional e tecnológica. Foi este, o fio condutor do capítulo seguinte.

4 Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica

3.1 AS LICENCIATURAS NOS INSTITUTOS FEDERAIS DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Os Institutos Federais, criados pela lei nº 11.892 de 2008, devem ofertar o mínimo de 20% (vinte por cento) de suas vagas para os cursos de licenciaturas. A partir dessa prerrogativa levantam-se questões acerca dos pressupostos desses cursos, se há características diferenciadas de outras instituições superiores, ou se esse incentivo possui aspirações limitadas às demandas quantitativas (Lima; Silva, 2011, p. 1).

Como se observou no capítulo anterior, durante muito tempo, a educação básica no país ficou carente de professores. Somente em meados do século XX, a formação de profissionais para o ensino básico começa a expandir, “isto ocorre porque a escolarização no Brasil foi durante séculos, apanágio das elites, portanto, até esse período era muito pequena a oferta de escolas públicas diante do crescimento populacional brasileiro”(Lima; Silva, 2011, p.8). Devido a esse aumento, crescem os investimentos no ensino fundamental que, faz com que a procura por professores aumente também. Contudo, o país não dispunha de muitos profissionais da área, fazendo o governo tomar algumas medidas de emergência como: expandir as escolas em nível médio, oferecer cursos rápidos para formar docentes, autorizar não licenciados a exercer o magistério entre outras.

Somente nos anos de 1930 é que surgem os primeiros cursos para formar professores licenciados. Entre 1931 e 1939, “foram criadas novas unidades de ensino nos diferentes projetos de Universidade, incluindo-se nesse contexto vários modelos de organização das unidades voltadas especificamente para o processo de formação de professores” (Guedes; Ferreira, 2002, p. 1). Na época a formação de professores era dividida entre licenciatura e pedagogia, a primeira formava professores para ensinar disciplinas específicas nas escolas secundárias e a segunda formava professores para lecionarem nas escolas normais. Nesse mesmo período foi criada a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras pelo Decreto 19.852 de 11/04/1931, com o intuito de atender às exigências da época.

Na década de 1950, o país passou por várias transformações políticas e sociais que “implicaram na promulgação de uma Lei instituindo as Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei 4.024, que ao ser aprovada em 1961, pouca coisa correspondia aos interesses e necessidades educacionais expressos no projeto original” (Guedes; Ferreira, 2002, p. 2).

Em 1970, a Lei 5692/71 entra em vigor. No entanto, essa nova lei trouxe a formação de professores para o ensino geral, o que naquela época não satisfazia as condições socioeconômicas e políticas do país. Isto acabou gerando grandes discussões sobre a formação de professores no Brasil, fazendo com que ao final de 1970 fosse criado o I Seminário de Educação Brasileira, a fim de reformular os cursos de Pedagogia e Licenciatura. “Em 1978, com a criação dos três primeiros Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs), estava prevista a formação de docentes para atuar no ensino técnico” (Flach, 2012, p.2).

Durante a década de 1980, surgiram vários movimentos a favor da melhoria nos cursos de formação de professor. Entre eles o Comitê Nacional Pró-Formação da Educação, que foi criado durante a I Conferência Brasileira de Educação. Esse Comitê tinha como objetivo “articular as atividades de professores e alunos tendo em vista a reformulação dos cursos de formação docente no Brasil” (Guedes; Ferreira, 2002, p. 3).

Somente “a partir da Lei nº 9.394 de 1996, postula-se a formação desses docentes em nível superior, com um prazo de dez anos para esse ajuste” (Gatti, 2010, p. 1356). Visto que até então a formação destes profissionais se dava apenas para os primeiros anos do ensino fundamental e a educação infantil. Com essa lei, propostas de mudanças são feitas tanto para as instituições quanto para os cursos que formavam professores.

Essa Lei determina que a formação docente para a educação básica aconteça em nível superior, em curso de licenciatura de graduação plena, em Universidades e Institutos Superiores de Educação, admitindo como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e séries iniciais a oferta em nível médio, na modalidade normal. (Pereira apud Guedes; Ferreira, 2002, p. 4)

No entanto, mesmo com a criação de novas leis e com o aumento de Instituições de Ensino que formassem professores especializados, o Brasil ainda assim, tinha uma carência de profissionais docentes formados. E é nesse contexto, que em 29 de Dezembro de 2008, o então presidente Luiz Inácio Lula da Silva sanciona a Lei 11.892 que cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. “Dentre seus objetivos, os Institutos Federais devem oferecer educação profissional, educação básica integrada ao ensino profissional e educação superior, sendo, nesta última, onde se insere a função de formar professores” (Lima; Silva, 2013, p. 2).

Sobre os motivos que levam à expansão dos cursos de licenciatura dos Institutos Federais, Lima e Silva (2011), indicam que a principal razão defendida para essa iniciativa se relaciona à escassez de professores no Brasil. E realmente há uma

demanda de professores no país, como mostram os dados de Moura (2010), que ao discorrer sobre a necessidade de licenciaturas nos IFs, afirma que há uma carência de 235.000 professores para o Ensino Médio no Brasil, particularmente em Física, Química, Matemática e Biologia, sendo 55.000 só para a disciplina de Física (BRASIL, 2007). Além disso, Gatti e Barreto (2009) apontam que 735.628 professores que atuam na educação brasileira não possuem nível superior de escolarização (Lima; Silva, 2013, p. 2).

No Artigo 8º da lei fica explícito que os Institutos Federais além de ofertar cursos em nível superior, deverão ofertar no mínimo 20% de suas vagas para “cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas na formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional” (BRASIL, 2008).

Os Institutos Federais tiveram suas atribuições ampliadas no contexto interno e externo das instituições públicas federais de ensino superior (IFES), visando atender às determinações emanadas pelo Ministério da Educação. As escolas que há bem pouco tempo abrigavam as concepções do Ensino Técnico e Tecnológico no Brasil hoje fazem parte também da Política de Formação de Professores (Assis, 2013, p. 35).

Com isso, vale lembrar, que as licenciaturas serão oferecidas em Instituições especializadas em formação Profissional e Tecnológica. “Portanto, as licenciaturas oferecidas pelos Institutos revelam um *locus* diferente daquelas oferecidas por outras instituições de educação superior” (Lima; Silva, 2013, p. 3).

No artigo 6º da Lei nº 11.892/2008, trabalhada no texto de Silva (2009), são destrinchadas as características e finalidades dos Institutos Federais. Neste não há um inciso referenciando à formação inicial do professor. Mas há uma observação de que os IFs devem oferecer capacitação técnica e atualização pedagógica aos docentes das redes públicas de ensino. Não apontar a formação inicial nas finalidades dos Institutos Federais deixa dúvidas quanto à posição dedicada às licenciaturas nessas instituições. Há referência a uma função de promover formação continuada de professores, mas nomeando como capacitação técnica e atualização pedagógica. O que revela, uma concepção tecnicista e pragmática da formação docente (Lima;;Silva, 2013, p. 7).

3.2 O IFSULDEMINAS⁵ – CÂMPUS INCONFIDENTES: BREVE HISTÓRICO

Patronato Agrícola, assim era conhecido em 1918 o IFSULDEMINAS-Câmpus Inconfidentes. Criado pelo Decreto nº 12.893 em 28 de fevereiro de 1918 e vinculado ao Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, tinha o perfil das Escolas Agrícolas. Na época a escola foi criada com o intuito de recolher “menores abandonados e de maus costumes, criados ao léu da vida” (Guimarães, 2010, p. 176). Tinha como objetivo transformar esses alunos em cidadãos aptos para o convívio social e para o trabalho no campo. Em 1934, O Governo Federal, extinguiu o Patronato, que passa a se chamar Aprendizado Agrícola “Minas Gerais”. Nesta ocasião, a atenção é transformar os recursos didático-pedagógicos e os aspectos produtivos. Uma nova maneira de organizar o currículo e os cursos foi pensada. A educação era gratuita e eram oferecidos os ensinamentos primário e profissional. Contudo, ainda se seguia o modelo do Patronato Agrícola assim citado por Guimarães:

O ato do Governo Provisório foi referenciado pelo Major Juarez Távora, Ministro da Agricultura, que desejou grandes melhoramentos que seriam introduzidos naquele estabelecimento para impulsionar grandemente a lavoura e as indústrias derivadas, vindo em auxílio de nossos pequenos criadores e agricultores (2010, p. 194).

Para atender às exigências do Decreto-Lei 982 de 23/12/1938, em 1939 muda-se o nome para Aprendizado Agrícola “Visconde de Mauá”. Além do nome, surgem mudanças no ano letivo que passou a oferecer além do curso primário e profissional os cursos de Ensino Rural e de Adaptação, onde os alunos formados nestes cursos teriam um certificado de Trabalhador Rural e Habilitação Profissional. A partir do Decreto nº 22.506, de 22 de janeiro de 1947, seu nome passa a ser Escola de Iniciação Agrícola “Visconde de Mauá”. Nessa época o ingresso de candidatos no curso de Iniciação e de Mestrado Agrícola começa a ser feito por exames de vestibular. Com isso, a escola passa a ter visibilidade além do estado de Minas Gerais e passa a atrair alunos de vários outros estados. Isso fez com que o quadro de funcionários aumentasse gerando renda para a cidade de Inconfidentes.

⁵ Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais.

Com o novo Decreto nº 27.745, de 31 de janeiro de 1950 o Instituto virou Escola Agrícola “Visconde de Mauá”. Após passar para Escola Agrícola “foi possível partir para uma nova divisão de atividades capazes de refletir uma escola de caráter mais didático – pedagógico, com aulas práticas e aprendizagem mais orientada” (Guimarães, 2010, p. 206). Em 1964 a escola vira Ginásio Agrícola “Visconde de Mauá”. Em 1967 a instituição se desvincula do Ministério da Agricultura e é transferida para o Ministério da Educação e Cultura (MEC) em virtude do Decreto nº 60.731. Nesse período a escola enfrentou dificuldades com a escassez de recursos que eram fornecidos pela União e a diminuição dos alunos. Em 1973 com a criação da Coordenação Nacional do Ensino Agropecuário (COAGRI), a situação começa a melhorar e recursos financeiros começam a ser aplicados, fazendo com que a instituição comece a se destacar entre as escolas mais procuradas.

Alguns anos mais tarde, em 4 de setembro de 1979 com o novo Decreto 83.935, passou a se chamar Escola Agrotécnica Federal de Inconfidentes Minas Gerais “Visconde de Mauá” (EAFI). A escola se transformou em Escola Fazenda. Conforme o tempo passava, a necessidade de novos ajustes aumentava e em 1993 a escola é elevada a Autarquia Educacional trazendo assim, uma nova dinâmica para a instituição. Em 1995 surgem os cursos técnicos de Informática e Agrimensura e o pós-médio de Informática, para alunos que já possuíam o segundo grau completo. Nesse período a escola já contava com pouco mais de 500 alunos.

No ano de 1996 mais uma transformação é feita, desta vez no curso Técnico Agrícola que foi dividido entre Agropecuária, Agroindústria, Agricultura e Zootecnia. Em 1998 passou a separar o Ensino Médio do Ensino Profissional. Já no ano de 1999 com mais de 1.000 alunos passou a ofertar o curso pós-médio em Agropecuária entre outros. Em 2002 os cursos técnicos de Agricultura e Zootecnia são encerrados e passam a disciplinas no curso de Agropecuária a partir de 2003.

A partir do ano de 2004 a “EAFI assumiu o compromisso institucional de promover o desenvolvimento educacional da região por meio do oferecimento de Ensino Superior Tecnológico em diferentes modalidades” (Guimarães, 2010, p. 223). Em 2006 o curso superior de Tecnologia em Agrimensura é autorizado pelo MEC. Em 2008, com a criação da Lei nº 11.892, de dezembro de 2008, a EAFI passou de Escola Agrotécnica para Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais – Câmpus

Inconfidentes. Oferecendo cursos de nível médio integrado ao técnico, cursos superiores nas áreas de tecnologia, licenciatura e especialização, pós-graduação e Educação à Distância.

4. OS DISCENTES DO CURSO DE LICENCIATURA EM MATEMÁTICA – CÂMPUS INCONFIDENTES: BUSCANDO SEU PERFIL

De acordo com Gatti alguns questionamentos rondam o cenário dos discentes em licenciatura.

Quais as características dos alunos das licenciaturas? É importante considerar as características dos licenciandos, uma vez que estas têm peso sobre as aprendizagens e seus desdobramentos na atuação profissional. Quem são os alunos das licenciaturas? Quais expectativas têm, qual sua bagagem? Gatti (2010, p. 1361)

Numa tentativa de compreensão dos discentes que buscam o curso de licenciatura no IFSULDEMINAS – Câmpus Inconfidentes e com base no processo histórico da formação das mesmas, compreendeu-se a necessidade de se empregar um pequeno levantamento de dados sobre os mesmos a fim de que questões historicamente existentes fossem confirmadas por tal proposta.

Como observa os estudiosos da problemática (Gatti-1997; Brzezinski-1996; Pereira-2000) são inúmeros os percalços que envolvem a profissão docente no Brasil chegando a exceder os próprios limites dos cursos de formação acadêmica, tudo isso emana uma série de problemas com consequências graves para os cursos de licenciatura, merecendo destaque a mudança evidenciada no perfil do aluno que busca seguir o magistério (Guedes; Ferreira, 2002, p. 5).

Desta forma foi realizada uma pesquisa de caráter qualitativo elaborado um

questionário (Anexo I) no qual se buscou compreender quem são estes alunos, na tentativa de se traçar um perfil que contribuísse para a compreensão do universo que engloba a licenciatura.

Assim, foi realizada uma pesquisa com 61 alunos do curso de Licenciatura em Matemática do IFSULDEMINAS – Câmpus Inconfidentes. Porém, dois dos alunos entrevistados não responderam todas as questões, então, o trabalho foi feito com apenas 59 questionários. A coleta de dados foi feita em quatro turmas da Licenciatura. O questionário continha perguntas socioeconômicas e perguntas direcionadas ao curso escolhido. As tabelas, gráficos e reproduções de falas que são apresentados no decorrer deste texto, são amostras dos dados coletados com os alunos pesquisados.

As questões analisadas versavam sobre idade, situação econômica, moradia, anseios, entre outros aspectos que levaram esses alunos a escolherem o curso de Licenciatura em Matemática. No entanto, o questionário continha 33 questões, nem todas foram utilizadas, uma vez que alguns dados passaram a ser desinteressantes ao longo do processo de análise, desta forma optou-se por aquelas que tivessem impacto conforme compreensão do processo de formação das licenciaturas. Contamos com a colaboração do Departamento de Desenvolvimento Educacional (DDE) do Câmpus Inconfidentes, que, de acordo com o termo de compromisso (Anexo II), permitiu que a pesquisa fosse realizada nas salas de aula do curso de Licenciatura em Matemática.

4.1. COLETA DE DADOS

Devido à escassez da oferta de cursos superior de formação de professores em Matemática na região, sentiu-se necessário a implantação do curso de Licenciatura em Matemática no IFSULDEMINAS.

De acordo com o PPC do curso de Licenciatura em Matemática do Câmpus de Inconfidentes, o curso deverá formar docentes em nível superior para atuarem na Educação Básica (Ensino Fundamental (6º ao 9º anos) e Ensino Médio).

O curso de Licenciatura do IFSULDEMINAS – Câmpus Inconfidentes foi criado em 2010 e ofertava 35 vagas. O processo seletivo se deu por meio de vestibular e/ou inscrição pelo SiSU (Sistema de Seleção Unificada). Assim, uma das questões era sobre meio de ingresso, conforme demonstra a Tabela 1:

Tabela 1: Relação de vagas para cada turma e as respectivas matrículas no IFSULDEMINAS-Câmpus Inconfidentes. Inconfidentes/MG, 2014.

Turmas/ano de ingresso	Vagas ofertadas para vestibular	Quantidade de aluno matriculado pelo Vestibular	Vagas ofertadas para SiSu	Quantidade de aluno matriculado pelo SiSU	Total
T.1 2º Semestre 2010	25	14	10	0	14
T.2 1º Semestre 2011	10	6	25	5	11
T.3 1º Semestre 2012	11	11	24	4	15
T.4 1º Semestre 2013	10	7	25	12	19

É importante ressaltar neste dado que o número de vagas ofertadas a cada modalidade em cada ano foi alterada conforme necessidade e proposta da direção do Câmpus em consonância com os coordenadores do curso.

Observou-se que à medida que o curso foi se consolidando, as políticas de

inserção no ensino superior foram se alterando como, por exemplo, o aumento de vagas para o SiSU.

Quando perguntado aos alunos sobre qual motivo os levou a escolherem o curso de Licenciatura em Matemática no IFSULDEMINAS – Câmpus Inconfidentes várias foram as respostas como indicado no Gráfico 1.

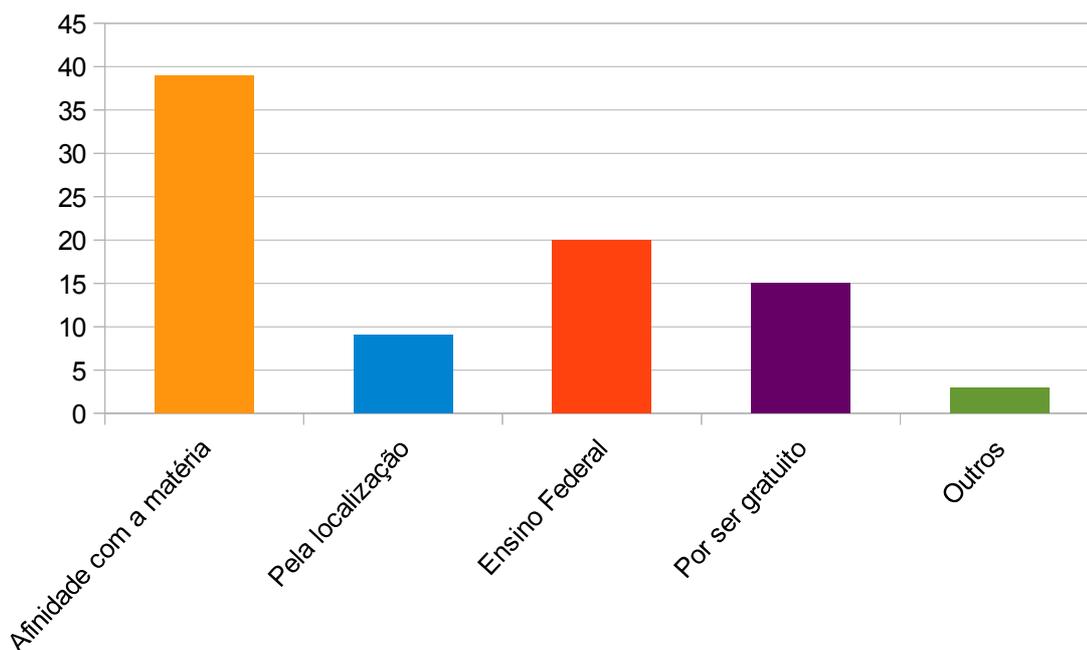


Gráfico 1: Por que escolheu o curso de Licenciatura em Matemática? IFSULDEMINAS – Câmpus Inconfidentes. Inconfidentes/MG, 2014.

Cumprir observar que alguns alunos deram mais de uma resposta para esta questão. As opções mais escolhidas foram, afinidade com a matéria e Ensino Federal. Alguns responderam as quatro primeiras alternativas. Os três alunos que responderam à opção Outros, deram as seguintes respostas para esta alternativa:

Aluno 1: “Por ter dificuldade c/a disciplina pra mim foi um desafio aprender.”
(sic)

Aluno 2: “Sempre quis ser professor.”(sic)

Aluno 3: “Por atuar como formador de sujeito, professor.” (sic)

No Gráfico 2 pode-se observar a distância do lugar onde os alunos moram do Instituto:

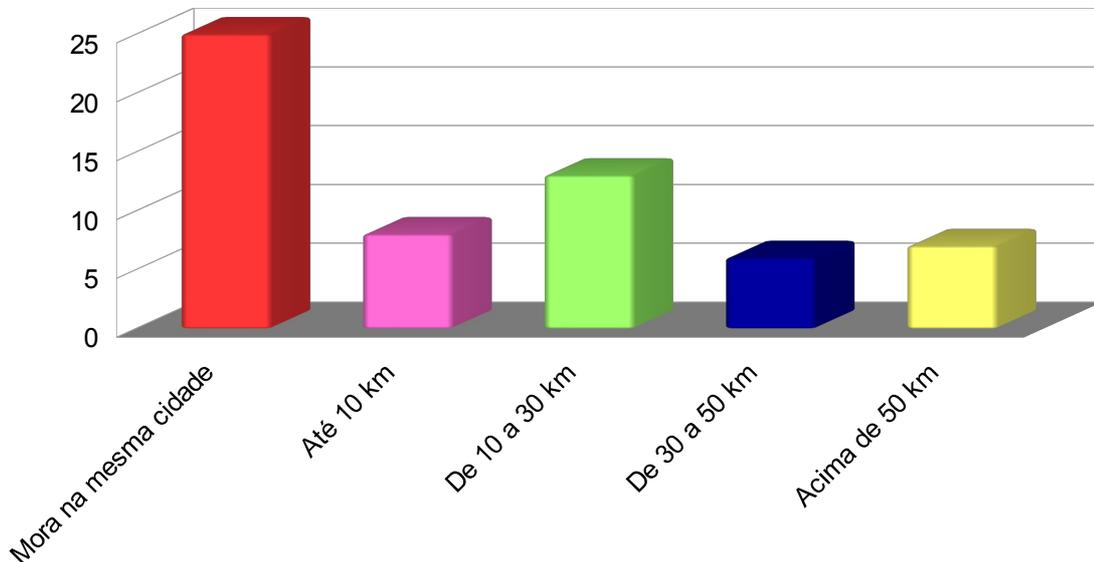


Gráfico 2: Resposta quanto à distância de sua casa até o Câmpus Inconfidentes? IFSULDEMINAS – Câmpus Inconfidentes/MG, 2014.

Conforme o Gráfico 2 e comparando-o com o Gráfico 1, pode-se perceber que a distância não influenciou os alunos na escolha do curso, uma vez que 55,9% dos alunos moram na mesma cidade ou no máximo de 10 km de distância do Câmpus e poucos disseram ter escolhido o curso pela localização. O que chama a atenção é que a maioria dos alunos evadidos do curso de licenciatura em Matemática do IFSULDEMINAS Câmpus Inconfidentes “provém da própria região, principalmente das cidades de Ouro Fino, Bueno Brandão e Borda da Mata, que se situam a poucos quilômetros da cidade-sede do Instituto” (Casaloti, 2014, p. 40)⁶. O que se observa entre os dados é que mesmo o Instituto sendo próximo da região onde estes alunos moram, ele não é um fator determinante para a permanência ou não do mesmo no curso.

Na tentativa de entender os motivos de os alunos escolherem o curso, cabe a seguinte questão: Quando você escolheu cursar uma Licenciatura em Matemática, pensava em

⁶ Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) de Licenciatura em Matemática no IFSULDEMINAS – Câmpus Inconfidentes. A coleta de dados feita no TCC de Casaloti foi aplicada com os alunos evadidos das turmas pesquisadas no presente trabalho.

ser professor?

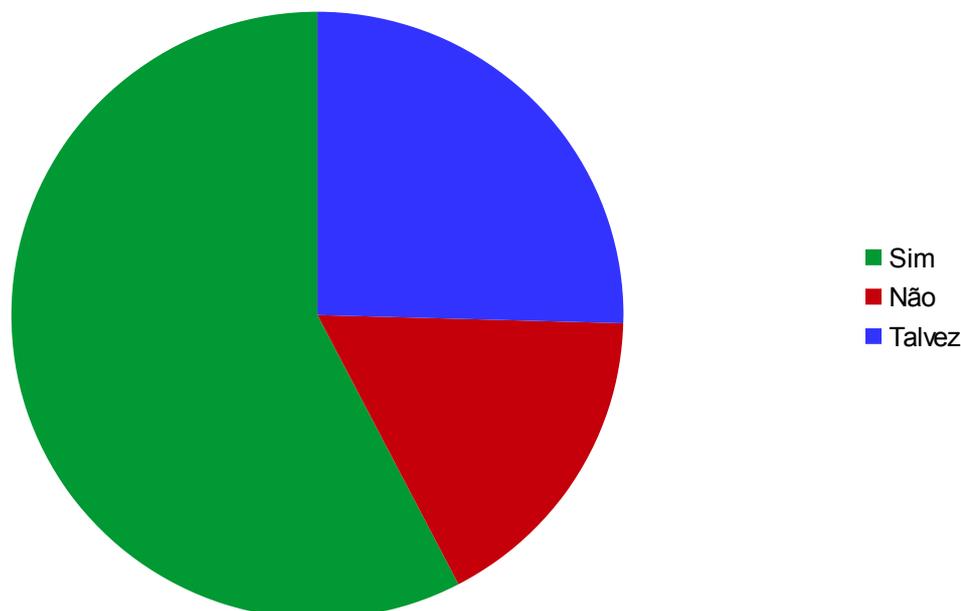


Gráfico 3: Resposta pelo questionamento: quando escolheu o curso de Licenciatura em Matemática, pensava em ser professor? IFSULDEMINAS – Câmpus Inconfidentes. Inconfidentes/ MG, 2014.

O que se espera geralmente de um aluno que escolhe fazer um curso de Licenciatura é que ele queira ser professor. Mas nem sempre esta é a realidade, assim mostrou Gatti se baseando no questionário socioeconômico do Exame Nacional de Cursos (ENADE, 2005):

...quando os alunos das licenciaturas são indagados sobre a principal razão que os levou a optar pela licenciatura, 65,1% dos alunos de Pedagogia atribuem a escolha ao fato de querer ser professor, ao passo que esse percentual cai para aproximadamente a metade entre os demais licenciandos. A escolha da docência como uma espécie de “seguro-desemprego”, ou seja, como uma alternativa no caso de não haver possibilidade de exercício de outra atividade, é relativamente alta (21%), sobretudo entre os licenciandos de outras áreas que não a Pedagogia (2010, p. 1361).

No Gráfico 3 apresentado pela pesquisa, pode-se perceber que 57,6%, ou seja pouco mais da metade dos entrevistados pensavam em ser professor quando escolheram o curso. Já 42,4% desses alunos disseram não querer ser professor ou que talvez tenham pensado na situação. Isso mostra que nem sempre a vontade de ser professor é o que leva os alunos a escolherem o curso de Licenciatura, assim como foi mostrado no texto de Gatti (2010).

O sexo, a faixa etária, estado civil e se tem filhos, são demonstrados a seguir.

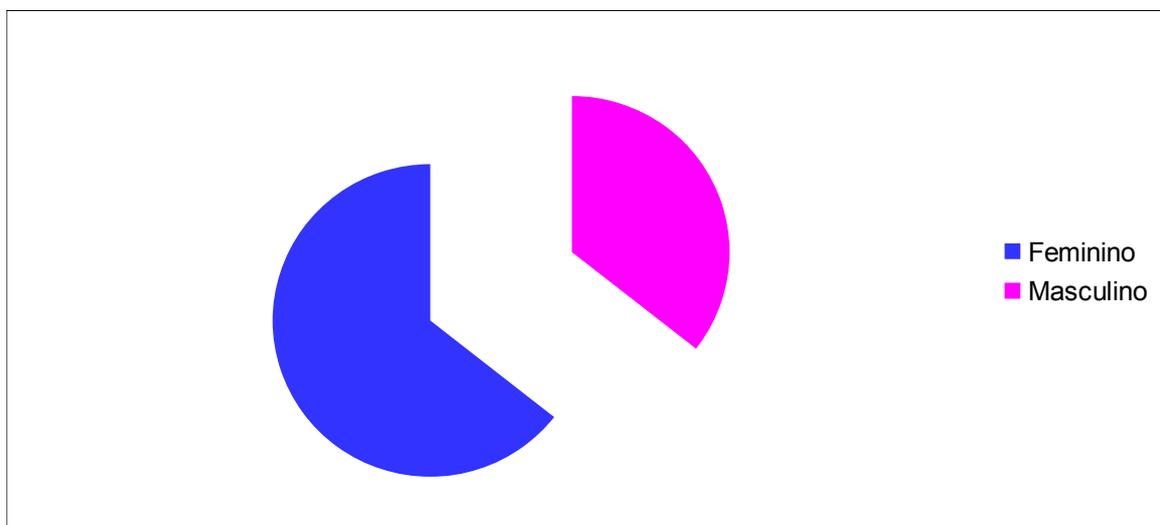


Gráfico 4: Qual o seu sexo? IFSULDEMINAS – Câmpus Inconfidentes. Inconfidentes/ MG, 2014.

Observando o Gráfico 4, dos 59 alunos entrevistados nota-se que 38 são do sexo feminino e 21 do sexo masculino, totalizando assim 64,4% de mulheres na Licenciatura. Talvez, porque ainda exista uma relação da mulher com a carreira docente e magistério, “permeados pela representação do ofício docente como prorrogação das atividades maternas e pela naturalização da escolha feminina pela educação” (Gatti; Barreto apud Gatti; Barreto, 2009, p. 162).

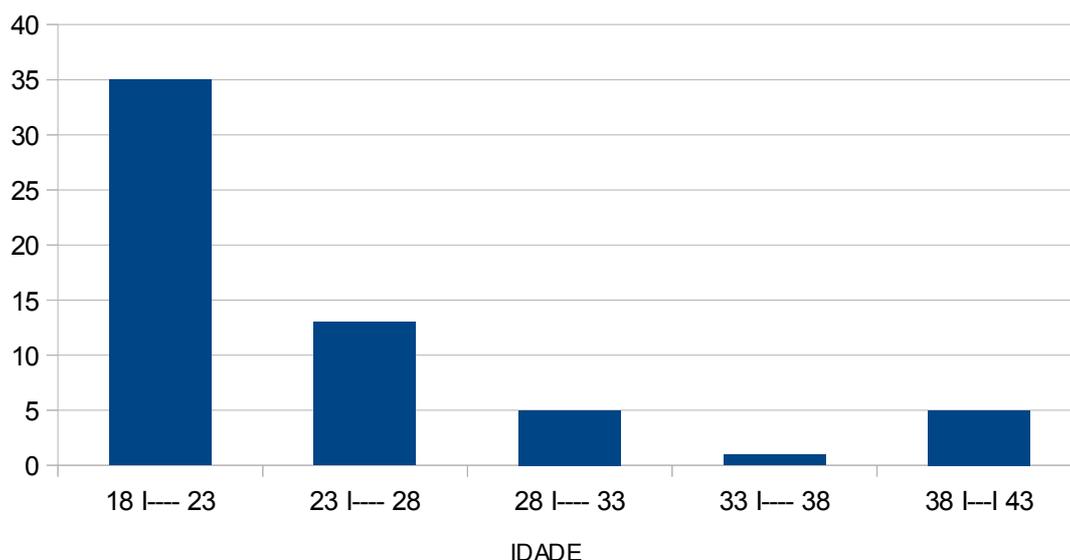


Gráfico 5: Respostas para o questionamento sobre o sexo dos alunos. IFSULDEMINAS – Câmpus Inconfidentes. Inconfidentes/ MG, 2014.

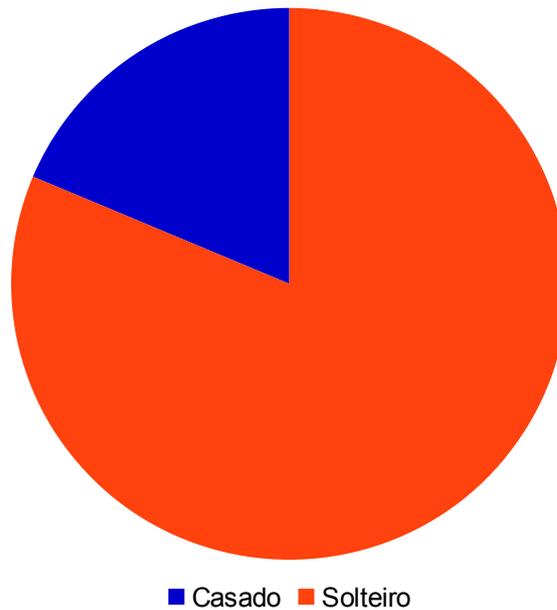


Gráfico 6: Estado civil dos alunos. IFSULDEMINAS – Câmpus Inconfidentes. Inconfidentes/MG, 2014.

Pode-se observar no Gráfico 5 que 59,3% dos alunos estão na faixa etária que compreende dos 18 aos 22 anos, faixa ideal para o curso superior. Entre 23 e 27 são 22%, os outros 18,7% são os de 28 até 43 anos. Quanto ao estado civil dos entrevistados (Gráfico 6), apenas 18,6% são casados e 81,4% solteiros.

Fazendo um comparativo com os alunos egressos destas turmas nos quais seus dados são citados no texto de Casaloti “percebe-se, pelos dados obtidos, que a maioria dos evadidos é do sexo masculino, solteiro e em idade acima de 25 anos; ou seja, são pessoas que já passaram do período escolar do aluno, que geralmente se inicia depois de findado o ensino médio” (2014, p. 41). Ao contrário dos que permaneceram que são a maioria do sexo feminino com idade que compreende dos 18 aos 23 anos, ficando empatado somente no quesito “estado civil” que grande parte dos alunos são solteiros.

O contexto social e familiar parece ser muito importante para compreender os motivos que levam esse aluno a procurar um curso de Licenciatura em uma Instituição pública. Por exemplo, se o aluno trabalha, mora com a família e ou mais pessoas e se sua renda familiar é suficiente para investir em seus estudos, o grau de instrução dos pais que podem influenciar de maneira positiva ou negativa nas escolhas do filho, entre outros

aspectos. Isto pode ser evidenciado pelo Gráfico 7.

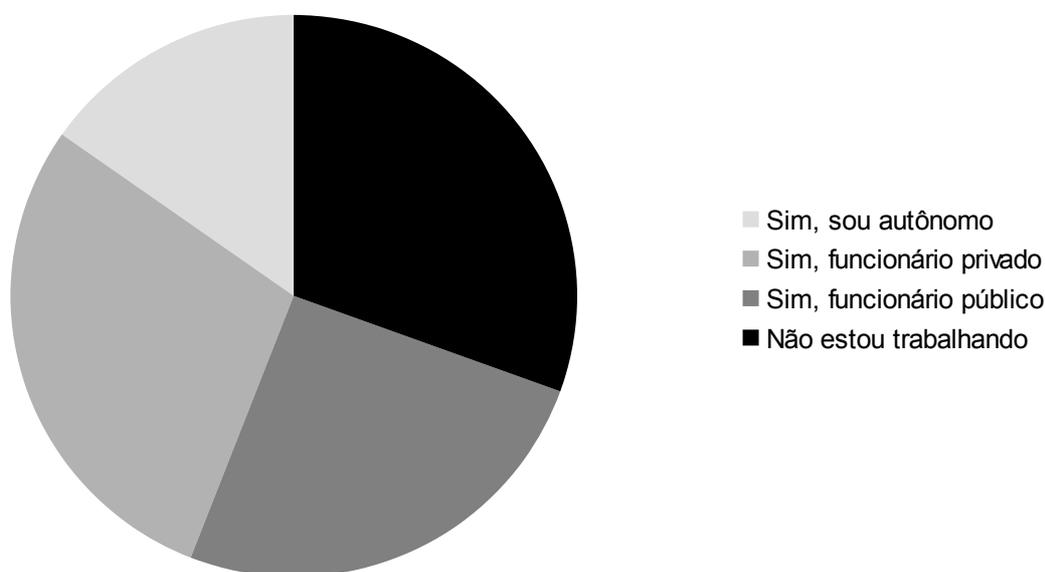


Gráfico 7: Respostas quanto ao questionamento se trabalham ou exercem atividades remuneradas? IFSULDEMINAS – Câmpus Inconfidentes. Inconfidentes/ MG, 2014.

Para detalhar ainda mais o Gráfico 7, foi demonstrada a finalidade e a quantidade de horas trabalhadas (Tabela 2) e sobre o responsável pelo sustento da família (Tabela 3).

Tabela 2: Quantas horas por semana você trabalha? Com que finalidade você trabalha? IFSULDEMINAS – Câmpus Inconfidentes. Inconfidentes/ MG, 2014.

		Com que finalidade você trabalha?	Resposta
Quantas horas por semana você trabalha?	Resposta	Para ajudar meus pais no sustento da família	13,5%
Até 10 horas	6,8%	Para o meu sustento e o de minha família	16,9%
De 11 a 20 horas	8,5%	Para ser independente	37,3%
De 21 a 30 horas	6,8%	Para adquirir experiência	1,7%
De 31 a 40 horas	22%	Para ajudar minha comunidade	0%
Mais de 40 horas	25,4%	Outra finalidade	1,7%
Não trabalho	30,5%	Não trabalho	30,5%

Tabela 3: Com quem você mora? Quem é o responsável pelo sustento da família? IFSULDEMINAS – Câmpus Inconfidentes. Inconfidentes/ MG, 2014.

Com quem você mora?	Resposta	Quem é o responsável pelo sustento da família?	Resposta
Moro sozinho	10,8%	O próprio aluno	18,2%
Pai e/ou mãe	30,1%	Cônjuge	9,1%
Cônjuge	13,3%	Pai	50%
Filho(s)	13,3%	Mãe	15,2%
Irmão(s)	15,6%	Filho(s)	0%
Outros parentes, amigos ou colegas	12%	Irmão(s)	3%
Outra situação	4,8%	Outro(s)	4,5%

Outro questionamento importante foi sobre a quantidade de pessoas que residem na casa (Gráfico 8).

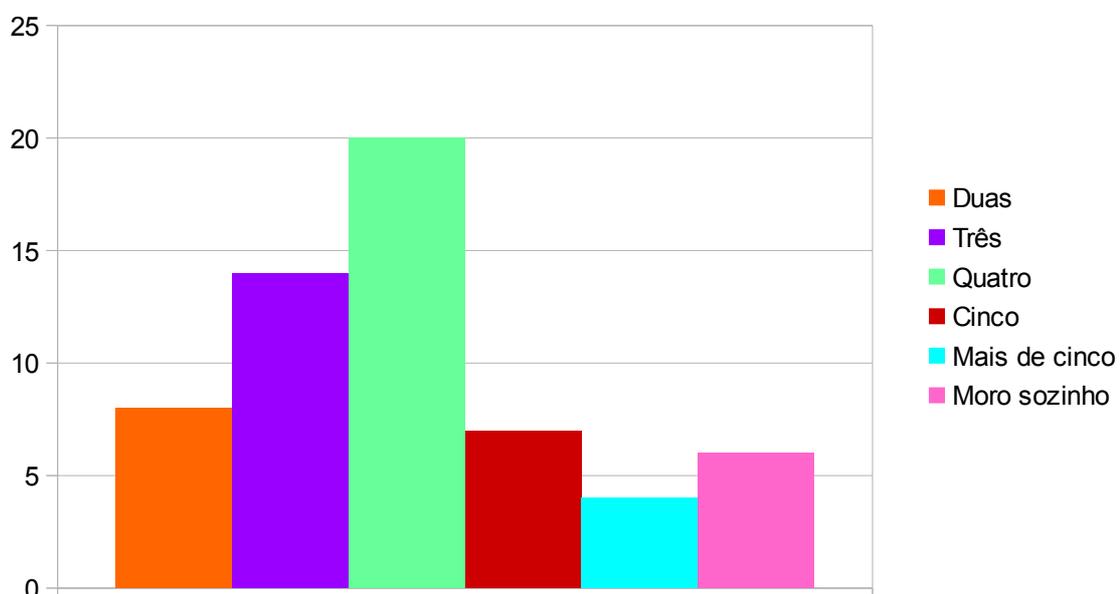


Gráfico 8: Respostas ao questionamento sobre quantas pessoas moram em sua casa? IFSULDEMINAS – Câmpus Inconfidentes. Inconfidentes/ MG, 2014.

Em seguida foi perguntado sobre a renda familiar (Gráfico 9).

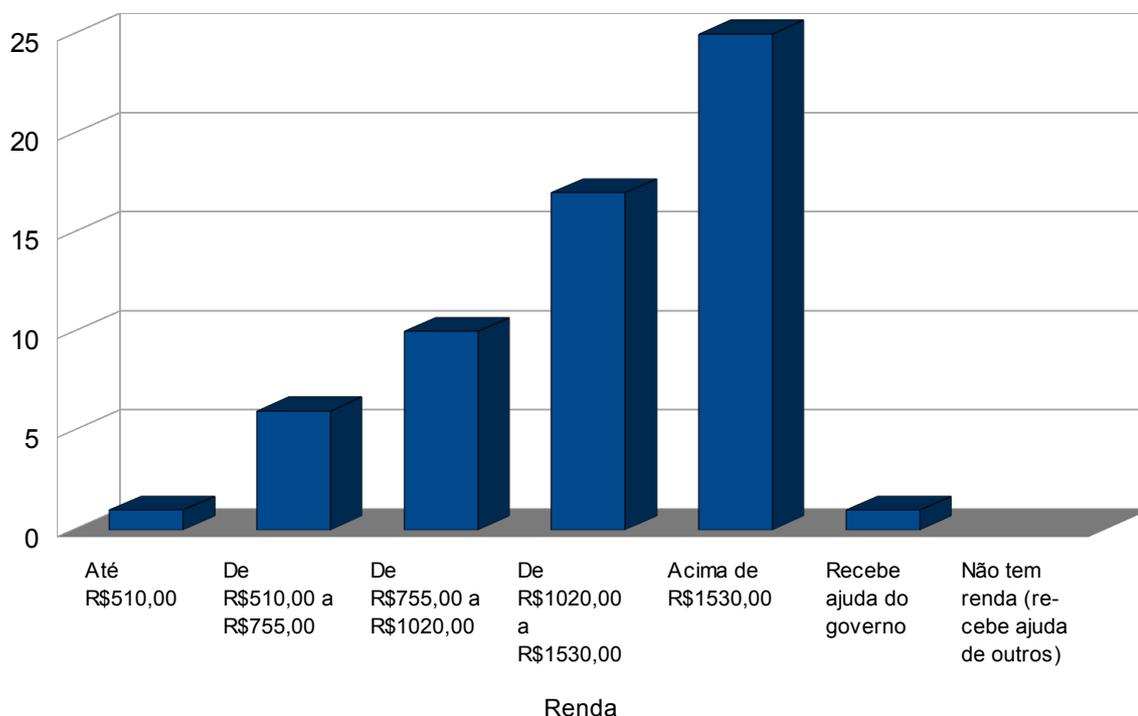


Gráfico 9: Respostas quanto a renda mensal familiar. IFSULDEMINAS – Câmpus Inconfidentes. Inconfidentes/MG, 2014.

Após observar o Gráfico 7 e a Tabela 2, pode-se perceber que a maioria dos alunos trabalha 31 horas ou mais por semana e que apenas 30,5% desses alunos não trabalham ou exercem atividades remuneradas. “Ou seja, trata-se de alunos que, na sua grande maioria, empregam o seu tempo em outras ocupações que não o estudo e o fazem em atividades laborais” (Gatti; Barreto 2009, p. 165). Dentre os que trabalham 53,7% só exercem a atividade para ter independência financeira, enquanto 43,9% trabalham para o sustento próprio ou da família. Considerando estas respostas, nota-se que grande parte dos alunos, só trabalham para melhorar sua situação financeira e que talvez vejam na formação superior um degrau para se aperfeiçoarem e/ou conseguirem um emprego melhor. Olhando as respostas da tabela 3 e do gráfico 8 o que se nota é que a maioria desses alunos mora em famílias de no máximo quatro pessoas e que os principais responsáveis pelo sustento destas pessoas são os pais e em alguns casos o próprio aluno.

No Gráfico 9, a renda mensal das famílias desses alunos compreende a faixa acima de R\$ 1.020,00. Vale lembrar, que na época da entrevista, o salário-mínimo era de R\$ 678,00. Porém as opções referentes à questão do Gráfico 9 foram feitas a partir de uma faixa

salarial pouco abaixo do valor do salário-mínimo da época, pois poderia haver casos de trabalhadores autônomos cujos os salários poderiam variar bastante. Ao tomar por base o salário-mínimo, percebe-se que a renda média de grande parte dessas famílias compreende entre dois ou mais salários-mínimos. “É muito expressivo o percentual de alunos com renda familiar de até três salários-mínimos (39,2%) e escassa a frequência de sujeitos nas faixas de renda acima de dez salários-mínimos” (Gatti, 2010, p. 1363)

Na Tabela 4 encontramos uma visão geral do grau de instrução dos pais destes alunos.

Tabela 4: Grau de Instrução dos pais dos alunos. IFSULDEMINAS – Câmpus Inconfidentes. Inconfidentes/ MG, 2014.

Grau de instrução	Pai	Mãe
Não estudou	1,7%	1,7%
De 1ª a 4ª série	61%	47,5%
De 5ª a 8ª série	16,9%	16,9%
Ensino médio incompleto	0%	6,8%
Ensino médio completo	10,2%	15,2%
Superior incompleto	1,7%	6,8%
Superior completo	1,7%	0%
Pós-Graduação	3,4%	3,4%
Não sabe	3,4%	1,7%

No que se refere à *bagagem cultural* anterior, a escolaridade dos pais pode ser tomada como um indicador importante da bagagem cultural das famílias de que provêm os estudantes. Em um país de escolarização tardia como o Brasil, em torno de 10% deles são oriundos de lares de pais analfabetos e, se somados estes aos que têm pais que frequentaram apenas até a 4ª série do ensino fundamental, chega-se aproximadamente à metade dos alunos, o que denota um claro processo de ascensão desse grupo geracional aos mais altos níveis de formação (Gatti 2010, 1363 e 1364).

Ao analisar a Tabela 4, os dados vão ao encontro de Gatti (2010), em que o nível de escolarização da maioria dos pais dos licenciandos, compreende até a 4ª série. Isso mostra, que essa situação, pode sim influenciar no futuro dos filhos. A vontade de fazer com que os filhos tenham uma formação melhor e que progridam em seus estudos pode ser um ponto importante da influência dos pais.

Ainda falando desta influência na estrutura familiar, encontram-se nas Tabelas 5,6 e 7 os questionamentos quanto ao tipo de Instituição, modalidade de curso e o tempo em que

cursaram o ensino médio e se já possuem graduação.

Tabela 5: Tipo de instituição e modalidade que cursou o ensino médio? IFSULDEMINAS – Câmpus Inconfidentes. Inconfidentes/ MG, 2014.

Instituição	Resposta	Modalidade	Resposta
Somente pública	93,2%	Ensino regular	79,7%
Pública e particular	1,7%	Ensino de Jovens e Adultos (EJA)	3,4%
Somente particular	5,1%	Curso integrado	16,9%

Tabela 6: Em quanto tempo e em que turno cursou o ensino médio? IFSULDEMINAS – Câmpus Inconfidentes. Inconfidentes/ MG, 2014.

Em quantos anos cursou o ensino médio?	Resposta	Em que turno cursou o ensino médio?	Resposta
3 anos	98,3%	Somente diurno	50,8%
4 anos	0%	Maior parte no diurno	13,5%
5 anos	1,7%	Somente noturno	27,1%
Em 6 anos ou mais	0%	Maior parte no noturno	8,5%

Tabela 7: Já possui alguma graduação? IFSULDEMINAS – Câmpus Inconfidentes. Inconfidentes/ MG, 2014.

Já possui graduação?	Resposta
Sim	10,2%
Não	89,8%

As Tabelas 5, 6 e 7 fazem um apanhado da trajetória dos alunos no período em que estudaram no ensino médio. Sobre as instituições onde estudaram 93,2% cursaram todo o ensino médio em escolas públicas. Isso influencia bastante no aprendizado desse aluno que já chega ao ensino superior com grande carência nos conhecimentos básicos, principalmente em relação à disciplina de Matemática. Devido ao fato de que os professores da educação básica na sua maioria não possuem formação na área em que lecionam como visto anteriormente, isso acaba dificultando ainda mais o aprendizado deste aluno no ensino médio. Ao entrar no ensino superior o estudante na maioria das vezes não consegue acompanhar o curso por sentir dificuldades, o que faz com que ele acabe optando por não concluí-lo.

Entre os 59 alunos, 79,7% estudaram no ensino regular e 16,9% no ensino

integrado. Dentre eles, 98,3% concluíram o ensino médio em três anos e a maioria no período diurno. Desses alunos apenas seis possuíam outra formação superior.

As quatro últimas questões analisadas, continham opções de múltipla escolha e aberta de acordo com a Tabela 8.

Tabela 8: Enfrenta dificuldades no curso? Já pensou em desistir do curso? Pretende concluir o curso? IFSULDEMINAS – Câmpus Inconfidentes. Inconfidentes/ MG, 2014.

Perguntas	Sim	Não
Enfrenta dificuldades no curso?	69,5%	30,5%
Já pensou em desistir do curso?	55,9%	44,1%
Pretende concluir o curso?	98,3%	1,7%

Na primeira questão da Tabela 8, 69,5% dos alunos afirmaram que enfrentam dificuldades no curso. Abaixo serão reproduzidas algumas das respostas dadas por eles;

Aluno 1: “Por não ter aprendido o necessário no ensino médio.” (sic)

Aluno 2: “Dificuldade com as disciplinas.” (sic)

Aluno 3: “Dificuldade em conciliar o estudo e o trabalho.” (sic)

Aluno 4: “Falta de tempo para estágio e maior dedicação aos estudos e trabalhos.” (sic)

As falas acima são respostas de apenas quatro alunos, mas retratam o sentimento de quase todos os entrevistados. Como a maioria dos alunos trabalha ou exerce atividades remuneradas durante a semana, fica clara a preocupação deles em conciliar o trabalho com os estudos, visto que o tempo que eles deveriam ter para se dedicar aos estudos, passam trabalhando. Alguns alunos citaram a dificuldade com as disciplinas específicas da Matemática. Como já foi mostrado, 93,2% dos alunos vieram de escolas públicas. Gatti (2010, p. 1365) mostrou "que a escolaridade anterior realizada em escola pública evidencia

grandes carências nos domínios de conhecimentos básicos. É com esse cabedal que a maioria dos licenciandos adentra nos cursos de formação de professores."

Na questão seguinte em que se pergunta ao aluno se ele já pensou em desistir do curso, a resposta 'Sim' foi da maioria, totalizando 55,9% dos alunos. Para entender o porquê de essa maioria pensar em desistir do curso, algumas respostas foram selecionadas. Seguem abaixo:

Aluno 1: "Dificuldade com a aprendizagem." (sic)

Aluno 2: "Dificuldade em conciliar trabalho e estudo." (sic)

Aluno 3: "Pela desvalorização da profissão de professor no Brasil." (sic)

Mais uma vez, a dificuldade de aprendizado em algumas das disciplinas fica evidente. Outra resposta dada pela maioria dos entrevistados foi a questão de se conciliar os estudos com o trabalho. Essa situação é preocupante, visto que a maioria dos alunos trabalham e como mostra Casaloti (2014, p. 45) em sua pesquisa sobre os alunos evadidos do mesmo curso, "43% dos evadidos responderam que deixaram o curso por problemas em conciliar horário de aula e trabalho". Ao observar a resposta do Aluno 3, voltamos à questão da desvalorização docente no mercado de trabalho. Gatti exemplificou:

O Brasil não constitui uma exceção. Apesar das várias tentativas de valorização dos professores empreendidas nos últimos anos pelo Governo Federal e pelos estados, municípios e Distrito Federal, destacando-se mais recentemente a lei que instituiu um piso salarial e o decreto sobre a Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica liderada pela Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), a situação atual é bastante crítica, certamente devido a omissões que se acumularam e foram progressivamente se agravando ao longo da história. As sucessivas avaliações da educação brasileira, em âmbito nacional ou internacional, indicam que o baixo rendimento escolar persiste e demonstram a magnitude e a complexidade do problema (2009, p. 8).

Mas, apesar de a maioria dos entrevistados terem apresentado um desejo em abandonar o curso em um determinado ponto, 98,3% dos alunos têm o desejo de concluí-lo. As respostas mais evidentes dos alunos foram o interesse em ter uma formação de nível

superior e assim conseguir um emprego melhor para seu próprio sustento e ou da família, e a vontade de ser professor.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do que se pode constatar sobre o perfil dos alunos que ingressam no curso de Licenciatura em Matemática, muitos fatores podem caracterizá-los. A formação de professores no Brasil desde seu início em meados de 1827, passou por várias transformações. Contudo, o que se vê até hoje são professores despreparados, lecionando em disciplinas nas quais não se formaram, recebendo salários baixos, fazendo uma jornada de trabalho desgastante.

Com o difícil acesso da população de baixa renda às Instituições de Ensino Superior que na maioria eram particulares e a falta de professores no país, surgem os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Antes, Escolas de ensino técnico profissionalizante, agora, passam a oferecer cursos de formação superior com no mínimo de 20% de suas vagas para cursos de formação docente. Com essa nova organização o número de profissionais da docência começa a aumentar. Porém, a falta de professores nas salas de aula ainda é grande. Mesmo formado, o aluno de licenciatura, na maioria das vezes, não procura emprego na área. Os baixos salários e a desvalorização do professor como profissional acaba afastando esses docentes do mercado de trabalho.

Com o resultado da pesquisa, pode-se constatar que a proporção de mulheres na licenciatura é bem maior em relação aos homens, situação esta, que se faz presente na formação de professores desde sempre. Um ponto positivo foi a faixa etária dos alunos, que compreendeu dos 18 aos 23 anos, idade considerada ideal para cursar o ensino superior.

Ao escolherem o curso de Licenciatura em Matemática do Câmpus Inconfidentes, o motivo mais relevante para essa escolha foi a afinidade com o curso e não por ser uma instituição Federal ou de ensino gratuito como se esperava.

A maioria desses alunos trabalham durante a semana, o que pode dificultar muito a interação dentro e fora da sala de aula. O cansaço do trabalho no dia a dia faz com que o aluno perca a concentração e não aprenda o conteúdo totalmente. Outro ponto negativo em relação ao trabalho, é que, na maioria das vezes, o aluno não tem tempo para realizar as atividades extraclases e fazer estágio. Esses fatores podem influenciar na permanência ou não desse aluno no curso.

Grande parte desses alunos vieram de escolas públicas e mostraram dificuldades com as matérias das partes específicas, devido à deficiência que provém da formação que tiveram anteriormente. Foi este um dos fatores que fez com que grande parte dos entrevistados pensassem em abandonar o curso.

Com essa pesquisa, pode-se perceber que, a maioria dos alunos que ingressam no curso de Licenciatura, não desejam ser professor, mas sim, ter um curso de nível superior para melhora de emprego ou mesmo na falta de um melhor, ter a formação como um seguro para arrumar um emprego, uma vez que no Brasil a escassez de professores é grande e então fica fácil conseguir trabalho na área. Talvez, também, porque a valorização docente no país seja muito aquém do que se espera para uma profissão tão importante. As péssimas condições de trabalho em que o professor é submetido no ensino público, não agrada tanto e acaba por fim, afastando esses profissionais do mercado de trabalho.

6. REFERÊNCIAS

ASSIS, M. C.. **Licenciaturas nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia: implantação e desafios**. 2013. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre. Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/77238/000895297.pdf?sequence=1>. Acesso em: 05 de setembro de 2014.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases de 1996 – Lei Nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 16 de janeiro de 2014.

_____. **Lei nº 11.892**, de 29 de dezembro de 2008. **Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências**. Brasília, 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111892.htm. Acesso em: 25 de agosto de 2014.

CASALOTI, J. A.. **A Licenciatura em Matemática no IFSULDEMINAS – Câmpus Inconfidentes: o problema da evasão**. Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em Licenciatura em Matemática. Inconfidentes, 2014.

FLACH, A.. **Os cursos de formação de professores no Instituto Federal do Rio Grande do Sul: algumas considerações iniciais**. In: IX Seminário de Pesquisa em Educação da Região Sul – ANPED SUL, 2012, Caxias do Sul – RS. Anais do IX ANPED SUL, 2012. p. 01-10. Disponível em: <http://goo.gl/amAAaB>. Acesso em: 10 de fevereiro de 2014

GATTI, B. A.. **Formação de professores: condições e problemas atuais**. Revista Brasileira De Formação De Professores – RBFP Vol. 1, n. 1, p.90-102, Maio/2009.

GATTI, B. A. **Formação de professores no Brasil: características e problemas**. Educ. Soc., Campinas, v. 31, n. 113, p. 1355-1379, out.-dez. 2010.
Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>> Acessado em: 10 de fevereiro de 2014.

GATTI, B. A., BARRETO, E. S. de S.. **Professores do Brasil: impasses e desafios**. Brasília: UNESCO, 2009. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0018/001846/184682por.pdf>. Acesso em: 15 de fevereiro de 2014.

GUEDES, N. C., FERREIRA, M. S.. **História e construção da profissionalização nos cursos de licenciatura**. In: II Congresso Brasileiro de História da Educação: história e memória da educação brasileira, 2002, Natal. Anais do II Congresso de História da Educação. Natal: EDUFRN, 2002. v Único. p. 145-146. Disponível em: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4776922U2>. Acesso em: 16 de janeiro de 2014.

GUIMARÃES, L. M.. **Inconfidentes a terra que me viu nascer: aspectos históricos gerais**. Inconfidentes, MG: O Autor, 2010.

LIMA, F. B. G., SILVA, K. A. C. P. C.. **A concepção de formação de professores nos Institutos Federais: um estudo dos discursos políticos**. Anais do II Colóquio Nacional--A Produção do Conhecimento em Educação Profissional. Natal: IFRN, 2013. Disponível em: <http://goo.gl/4edhGG>. Acesso em: 18 de setembro de 2014.

LIMA, F. B. G., SILVA, K. A. C. P. C.. **As licenciaturas nos Institutos Federais: concepções e pressupostos**. IV EDIPE – Encontro Estadual de Didática e Prática de Ensino - 2011. Disponível em: <http://goo.gl/kExAzC>. Acesso em: 25 de abril de 2014

MARTINS, LM., DUARTE, N.. **Formação de professores: limites contemporâneos e alternativas necessárias**. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010. Disponível em: <http://books.scielo.org>>. Acesso em: 16 de fevereiro de 2014.

PACHECO, E. **Institutos Federais: uma revolução na educação profissional e tecnológica**. Editora Moderna, São Paulo, 2011. Disponível em: <http://goo.gl/24THiL>. Acesso em 13 de fevereiro de 2014.

PEREIRA, J. E. D.. **As licenciaturas e as novas políticas educacionais para a formação docente**. Educação & Sociedade, ano XX, nº 68, Dezembro 1999.

SAVIANI, D.. **Formação de professores: aspectos históricos e teóricos do problema no contexto brasileiro**. Revista Brasileira de Educação v. 14 n. 40 jan./abr. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v14n40/v14n40a12.pdf>. Acesso em: 10 de Julho de 2014.

SILVA, C. J. R. org.. **Institutos Federais Lei 11.892, de 29/11/2008: comentários e reflexões**. IFRN. Natal, 2009. Disponível em: <http://goo.gl/JFnS8W>. Acesso em: 17 de setembro de 2014.

7. ANEXOS

Anexo I

Pesquisa de Campo

Título da pesquisa:

FORMAÇÃO DE PROFESSOR EM MATEMÁTICA NO IFSULDEMINAS - CÂMPUS INCONFIDENTES

Instituição/ empresa onde será realizada a pesquisa:

Instituto Federal do Sul de Minas – Campus Inconfidentes
Praça Tiradentes, 416, centro, Inconfidentes, MG

Pesquisador responsável:

Ariadne Jamberg Bonamichi

Endereço, e-mail e telefone:

Av. Arlindo Bonamichi, 46, Santa Isabel, Inconfidentes, MG
ariadnemarkos@hotmail.com
(035) 99863078

Orientadora : Melissa Salaro Bresci

Prof. Msc. do IFSULDEMINAS – Campus Inconfidentes
melissa.bresci@ifsuldeminas.edu.br

PROCEDIMENTOS PARA O PREENCHIMENTO DO QUESTIONÁRIO

Obs.: todas as questões visam apenas à coleta de informações ou de opiniões. Não há respostas certas ou erradas. Portanto, por favor, não deixe nenhuma questão sem resposta.

Nome (não é obrigatório): _____ idade: _____

1. Qual o seu sexo?

- Feminino.
- Masculino.

2. Qual seu estado civil?

- Solteiro(a).
- Casado(a) / mora com um(a) companheiro(a).
- Separado(a) / divorciado(a) / desquitado(a).
- Viúvo(a).

3. Onde e como você mora atualmente?

- Em casa ou apartamento, com minha família.
- Em casa ou apartamento, sozinho(a).
- Em quarto ou cômodo alugado, sozinho(a).
- Em habitação coletiva: hotel, hospedaria, quartel, pensionato, república etc.
- Outra situação: _____

4. Quem mora com você?

- Moro sozinho(a)
- Pai e/ou mãe
- Esposo(a) / companheiro(a)
- Filhos(as)
- Irmãos(ãs)
- Outros parentes, amigos(as) ou colegas
- Outra situação

5. Quantas pessoas moram em sua casa? (Contando com seus pais, irmãos ou outras pessoas que moram em uma mesma casa).

- Duas pessoas.
- Três.
- Quatro.
- Cinco.
- Mais de cinco.
- Moro sozinho(a).

6. Quantos(as) filhos(as) você tem?

- Um(a).
- Dois(duas).
- Três.
- Quatro ou mais.
- Não tenho filhos(as).

7. Até quando seu pai estudou?

- Não estudou.
- Da 1ª à 4ª série do ensino fundamental (antigo primário).
- Da 5ª à 8ª série do ensino fundamental (antigo ginásio).
- Ensino médio (antigo 2º grau) incompleto.
- Ensino médio completo.
- Ensino superior incompleto.
- Ensino superior completo.
- Pós-graduação.
- Não sei.

8. Até quando sua mãe estudou?

- Não estudou.

- Da 1ª à 4ª série do ensino fundamental (antigo primário).
- Da 5ª à 8ª série do ensino fundamental (antigo ginásio).
- Ensino médio (antigo 2º grau) incompleto.
- Ensino médio completo.
- Ensino superior incompleto.
- Ensino superior completo.
- Pós-graduação.
- Não sei.

9. Você trabalha ou tem alguma atividade remunerada?

- Sim, sou autônomo.
- Sim, funcionário privado.
- Sim, funcionário público.
- Não trabalho.

10. Quantas horas você trabalha durante seus estudos?

- Sem jornada fixa, até 10 horas semanais.
- De 11 a 20 horas semanais.
- De 21 a 30 horas semanais.
- De 31 a 40 horas semanais.
- Mais de 40 horas semanais.
- Não trabalho.

11. Com que finalidade você trabalha enquanto estuda?

- Para ajudar meus pais nas despesas com a casa, sustentar a família.
- Para meu sustento e o de minha família (esposo/a, filhos/as etc.)
- Para ser independente (ter meu sustento, ganhar meu próprio dinheiro).
- Para adquirir experiência.
- Para ajudar minha comunidade.
- Outra finalidade.
- Não trabalho.

12. Com que idade você começou a exercer atividade remunerada?

- Antes dos 14 anos.
- Entre 14 e 16 anos.
- Entre 17 e 18 anos.
- Após 18 anos.
- Nunca trabalhei.

13. Quem é o principal responsável pelo sustento da família?

- O(a) próprio(a) entrevistado(a).
- Esposo(a).
- Pai.
- Mãe.
- Filho(a).
- Irmão(a).
- Outro(s) _____.

14. Qual é a renda mensal média de sua família hoje?

- Até R\$ 510,00.
- De R\$ 510,00 até R\$ 755,00.
- De R\$ 755,00 até R\$ 1.020,00.
- De R\$ 1.020,00 até R\$ 1.530,00.
- Acima de R\$ 1.530,00 .
- Recebe ajuda de Programa Social do Governo Federal.
- Não possui nenhuma renda – Vive de ajuda de outros.

15. Em que tipo de escola você cursou o ensino médio?

- Somente em escola pública.
- Parte em escola pública e parte em escola particular.
- Somente em escola particular.

16. Em que modalidade você cursou o ensino médio?

- Ensino regular.
- EJA.
- Integrado.

17. Em que ano você concluiu o ensino médio?

- Em 2012..
- Em 2011.
- Em 2010.
- Em 2009.
- Em 2008.
- Em 2007.
- Em 2006.
- Antes 2006.

18. Quantos anos você levou para cursar o ensino médio?

- Menos de 3 anos.
- 3 anos.
- 4 anos.
- 5 anos.
- 6 anos.
- Mais de 6 anos.

19. Em que turno você cursou o ensino médio?

- Somente no turno diurno.
- Maior parte no turno diurno.
- Somente no turno noturno.
- Maior parte no turno noturno.

20. Qual a distancia de sua casa ate o IFSULDEMINAS – Câmpus Inconfidentes:

- moro na mesma cidade.
- ate 10 km.
- de 10 a 30 km.
- de 30 a 50 km.
- acima de 50 km.

21. Você recebe algum auxílio estudantil?

- Sim.
- Não.

Qual? _____

22. Você participa de algum Programa de Bolsa oferecido pelo Instituto?

- Sim.
- Não.

Qual? _____

23. Você possui alguma graduação?

- Sim.
- Não.

Sobre o curso de licenciatura em Matemática do IFSULDEMINAS - Câmpus Inconfidentes.

24. Como ingressou no curso?

- Vestibular.
 SISU.

25. O que te levou a escolher o curso de licenciatura em Matemática:

- Afinidade com a matéria.
 Pela localização.
 Ensino Federal.
 Por ser gratuito.
 Outro: _____.

26. Quando você escolheu cursar uma licenciatura em Matemática, pensava em ser professor?

- Sim Não Talvez

27. Você já atuou como docente?

- Sim Não

28. Você enfrenta dificuldades no curso?

- Sim.
 Não.

Quais? _____

29. Você já pensou em desistir do curso?

- Sim.
 Não.

Por quê? _____

30. Pretende concluir o curso?

- Sim.
 Não.

Por quê? _____

31. Quais suas expectativas profissionais ao terminar o curso?

32. O que você sugeriria para o curso de Licenciatura em Matemática?

33. Como você vê a atuação da direção do Câmpus e também da Pró-Reitoria de Ensino com relação ao curso de Licenciatura em Matemática?

Anexo II

TERMO DE CONCORDÂNCIA DA INSTITUIÇÃO PARA APLICAÇÃO DO QUESTIONÁRIO DE PESQUISA

1. Título da pesquisa:
FORMAÇÃO DE PROFESSOR EM MATEMÁTICA NO IFSULDEMINAS CÂMPUS
INCONFIDENTES
2. Instituição/ empresa onde será realizada a pesquisa:
Instituto Federal do Sul de Minas – Campus Inconfidentes
Praça Tiradentes, 416, centro, Inconfidentes, MG
3. Pesquisador responsável:
Ariadne Jamberg Bonamichi
4. Endereço, e-mail e telefone:
Av. Arlindo Bonamichi, Santa Isabel, Inconfidentes, MG
ariadnemarkos@hotmail.com
(035) 9986 3078
5. Professor orientador:
Melissa Salaro Bresci

Atenção:

É importante que o responsável pela Instituição leia e compreenda a seguinte explicação sobre os procedimentos propostos. Esta declaração descreve o objetivo, metodologia/ procedimentos do estudo e o consentimento. Nenhuma garantia ou promessa pode ser feita sobre os resultados do estudo.

1- Objetivos: a) Identificar os motivos que levam os alunos a escolherem fazer matemática; b) Conhecer como o curso foi criado, se ele está preparado para formar professores, como o curso surgiu e por que.

2- Metodologia/procedimentos: Esta pesquisa é de natureza qualitativa descritiva. Será usado o levantamento bibliográfico de trabalhos publicados sobre o assunto. Será feita no Instituto, uma coleta de dados através de um questionário formal com questões em ordem predeterminada. Será feita uma breve história da evolução da licenciatura em matemática no Brasil e como surgiu as licenciaturas nos Institutos Federais.

3- Consentimento: A participação da Instituição é **voluntária**, isto é, a qualquer momento a mesma pode desistir de participar e **retirar seu consentimento**. Sua recusa não trará nenhum prejuízo de ambas as partes.

Li e entendi as informações precedentes. Este formulário está sendo assinado voluntariamente por mim, indicando meu consentimento para a participação desta instituição/ empresa, até que eu decida o contrário. Receberei uma cópia assinada deste consentimento.


CARLOS CEZAR DA SILVA – DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO
EDUCACIONAL/ INSTITUTO FEDERAL DO SUL DE MINAS


carimbo do responsável pela instituição/ empresa


ARIADNE JAMBERG BONAMICHI - Pesquisadora

20/11/13
Data

20/11/13
Data